

 Acesso aberto

Editor

Nivaldo Calixto Ribeiro,
Universidade Federal de Lavras, Lavras, Brasil.

Pareceristas

Parecerista A com identidade preservada.
Concordou em abrir o parecer sem a sua
identificação.

Parecerista B com identidade preservada.
Concordou em abrir o parecer sem a sua
identificação

Wesley Rodrigo Fernandes
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo
Horizonte, Brasil.

***Correspondência**

Maria Nelida Gonzalez de Gomez
marianelidagomez@gmail.com

Histórico

Recebido em: 3 de fevereiro de 2026.
Primeira revisão: 14 de março de 2026.
Segunda revisão: 20 de abril de 2026.
Aceito em: 21 de abril de 2026.
Publicado em: 27 de abril de 2026.

Como referenciar

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida.
Bibliotecas, símbolos e algoritmos:
autoridades epistêmicas, materialidade,
institucionalidade e formas simbólicas no
regime de informação das plataformas
digitais. *Ciência da Informação Express*,
Lavras, MG, v. 7, 2026.
DOI: <https://doi.org/10.60144/v7i.2026.184>

Direitos autorais e licença pública

© 2026 Gonzalez de Gomez, M. N. Este é um
artigo de acesso aberto distribuído sob os
termos da Licença [Creative Commons
Atribuição \(CC BY\)](#). Você pode copiar,
distribuir, remixar, transformar e criar a
partir deste material, para qualquer
finalidade, inclusive comercial, desde que seja
atribuída a autoria, indicada a fonte e
informadas eventuais alterações, sem sugerir
endosso dos autores.



Bibliotecas, símbolos e algoritmos: autoridades epistêmicas, materialidade, institucionalidade e formas simbólicas no regime de informação das plataformas digitais

*Libraries, symbols, and algorithms: epistemic authorities,
materiality, institutional, and symbolic forms in the
information regime of digital platform*

Maria Nélida González de Gómez
Doutorado em Comunicação pela
Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Instituto Brasileiro de Informação em
Ciência e Tecnologia.
<https://orcid.org/0000-0002-3004-6654>

Resumo

Contextualização: os modos de conhecer formas simbólicas mediadas por tecnologias digitais, arquitextos algorítmicos e inteligência artificial situam-se em um cenário contemporâneo marcado por transformações profundas nos objetos e nas práticas da Ciência da Informação. Envolve configurações híbridas analógico-digitais e a atuação de múltiplos domínios, culturais, tecnológicos, econômicos e sociais, que influenciam a produção, organização e circulação da informação. **Objetivo:** busca-se investigar quais são os modos de conhecer essas formas simbólicas mediadas e, sobretudo, identificar quais propostas investigativas se mostram pertinentes, na atualidade, ao campo da Ciência da Informação, considerando a complexidade e a pluralidade de seus objetos e contextos. **Metodologia:** para tanto, adota-se uma abordagem de natureza teórico-conceitual e ensaística, baseada na análise do estado atual das questões relevantes ao domínio investigativo, bem como na avaliação e sistematização de práticas metodológicas renovadas. Como suporte analítico, incorpora-se a proposição de Luciano Floridi acerca de uma Ciência dos Conteúdos, além do diálogo com estudos críticos sobre interdisciplinaridade.

Resultados: a análise evidencia a necessidade de uma revisão epistemológica e metodológica da Ciência da Informação, diante das novas configurações de seus objetos. Destaca-se a relevância da proposta de Floridi como eixo integrador de diferentes saberes, bem como o reconhecimento da interdisciplinaridade como uma orientação paradigmática consolidada no campo. **Considerações finais:** conclui-se que o avanço da Ciência da Informação depende de sua capacidade de reconfigurar seus fundamentos teóricos e metodológicos, incorporando abordagens interdisciplinares e ampliando seus referenciais analíticos para dar conta das dinâmicas contemporâneas mediadas por tecnologias digitais e inteligência artificial.

Palavras-chaves: Regime de informação; Documentalidade; Autoridade epistêmica; Infoesfera digital; Colonialidade digital.

Abstract

Contextualization: the ways of knowing symbolic forms mediated by digital technologies, algorithmic architexts, and artificial intelligence are situated within a contemporary scenario marked by profound transformations in the objects and practices of Information Science. This involves hybrid analog-digital configurations and the action of multiple domains-cultural, technological, economic, and social-that influence the production, organization, and circulation of information. **Objective:** this study seeks to investigate the modes of knowing these mediated symbolic forms and, above all, to identify which investigative approaches are currently most pertinent to the field of Information Science, considering the complexity and plurality of its objects and contexts. **Methodology:** to this end, a theoretical-conceptual and essay-based approach is adopted, grounded in the analysis of the current state of issues relevant to the investigative domain, as well as in the evaluation and systematization of renewed methodological practices. As analytical support, Luciano Floridi's proposition of a *Science of Contents* is incorporated, alongside dialogue with critical studies on interdisciplinarity. **Results:** the analysis highlights the need for an epistemological and methodological revision of Information Science in light of the new configurations of its objects. The relevance of Floridi's proposal as an integrative axis of different bodies of knowledge is emphasized, as is the recognition of interdisciplinarity as a consolidated paradigmatic orientation within the field. **Final considerations:** it is concluded that the advancement of Information Science depends on its ability to reconfigure its theoretical and methodological foundations, incorporating interdisciplinary approaches and expanding its analytical frameworks to address contemporary dynamics mediated by digital technologies and artificial intelligence.

Keywords: Information regime; Documentality; Epistemic authority; Digital infosphere; Digital coloniality.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como ponto de partida a problematização das assimetrias na expansão global das tecnologias digitais, especialmente no que se refere às condições de sua implementação e aos níveis diferenciados de acesso e apropriação. Trata-se, de modo preliminar, daquilo que se pode denominar disseminação desigual das inovações digitais entre o Norte e o Sul do sistema-mundo contemporâneo, conforme proposto por Wallerstein (1995, 1987).

No entretempo, em minha mesa de trabalho, um texto de Jurgen Habermas esperava paciente a sua leitura. Sua incorporação ao horizonte analítico deste estudo ocorreu de forma tardia, quase um ano após sua seleção, o que, de certo modo, evidencia as transformações contemporâneas nas temporalidades da produção intelectual e na própria prática da leitura, cada vez mais tensionada pela aceleração informacional.

Comecei finalmente a leitura na véspera do Natal, já na antessala de 2026. O título, *The Liberating Power of Symbols. Philosophical Essays*, deixava em aberto múltiplas possibilidades de entendimento.

Ao abrir o livro, no subtítulo do primeiro capítulo, a referência aos símbolos orientava-se a destacar a materialidade de sua expressão documental e documentária, ou seja, como força institucional estrutural e como pós-estrutura da distribuição contínua de metainformação, e sua acolhida formalizada, nos termos da Biblioteca de Warburg: *Ernest Cassirer's Humanistic Legacy and the Warburg Library*.

Assim, entendeu-se como relevante compreender o papel das formas simbólicas enquanto mediações fundamentais entre conhecimento, cultura e prática social, especialmente quando institucionalizadas em dispositivos documentários como as bibliotecas.

O mundo das formas simbólicas estende-se da representação pictórica, passando pela expressão verbal, até as formas de orientação do conhecimento, que, por sua vez, pavimentam o caminho para a prática. A biblioteca deveria conduzir da imagem visual, no primeiro estágio

da consciência humana, à linguagem e, conseqüentemente, à religião, à ciência e à filosofia. Todas elas são produtos da busca humana por orientação, que influenciam seus padrões de comportamento e suas ações, o tema central da história (Habermas, 2001, p. 3).

De algum modo, assim como Kant busca capturar, em sua descrição formal da cognição, o *fatum* da cientificidade emergente da física newtoniana, e a constituição de uma natureza observável como domínio problemático das ciências naturais, Cassirer vai destacar o *fatum* da geração simbólica da cultura, colocando ao descoberto a contextura interpretativa de sua problematização epistemológica, fundamentando o ser na formação simbólica.

Nesse horizonte, a biblioteca pode ser compreendida não apenas como espaço de guarda e organização, mas como dispositivo epistemológico e institucional de mediação das formas simbólicas, operando na constituição e legitimação de autoridades epistêmicas.

Cassirer estabelece a diferença de suas proposições, com o que poderia ser uma análise gnosiológica, onde a universalidade de suas premissas seria garantida *a priori* por suas remissivas à razão, enquanto constante genérica da espécie humana. A Biblioteca, em seu diálogo com o projeto warburgiano, como forma institucional da cultura, tem em sua origem a responsabilidade e a autonomia de construir seus domínios organizacionais, visando atender tanto às demandas dos seus patronos, fundadores, organizadores, usuários, quanto às responsabilidades de reinterpretação das proposições autorais e editoriais que originaram cada um dos livros de sua coleção, já escolhidos com previsão dos fins e orientação da Biblioteca de Warburg. Essas escolhas evidenciam o caráter profundamente simbólico e institucional das bibliotecas, que articulam comunicação e memória como dimensões centrais de sua atuação.

Habermas (2001), no texto lembrado, outorga um papel central à organização e função das bibliotecas na construção simbólica de um marco ontológico da vida social. Entre livros silenciosos e estantes singelos, estavam sendo encadeados os planos simbólicos e materiais da geração, preservação e transmissão social das memórias e dos conhecimentos legitimados e valiosos por obra de sua criação e governança, já que toda biblioteca é genérica e única, sobretudo exibindo, em sua organização, a leitura datada da forma social que as instituem.

Nesse sentido, interessa-nos articular essa perspectiva às abordagens contemporâneas que enfatizam a materialidade documental e sua dimensão ontológica e performativa. Assim, consideramos interessante relacionar a releitura pragmática habermaseana da Biblioteca de Warburg às recentes abordagens com ênfases ontológicas, que resgatam a imposição material do documento como ato social fundacional, tal como nos aportes de Hansson (2016) e Ferraris (2020a, 2020b).

A partir desse enquadramento teórico, este estudo desloca o foco da análise do conteúdo dos documentos para sua condição ontológica e documental, entendendo-os como formas simbólicas que operam na constituição de práticas sociais e profissionais.

Dessa forma, o problema de pesquisa que orienta este trabalho consiste em compreender como, no contexto dos regimes contemporâneos de informação, formas documentárias específicas, como os códigos de ética, contribuem para a constituição, mediação e interpretação das práticas profissionais, em especial no campo da Biblioteconomia.

O objetivo deste estudo não é fazer uma análise de conteúdo das éticas biblioteconômicas, mas focalizar os códigos de ética vistos como documentos. Busca-se, assim, investigar de que modo o código de ética, enquanto forma documentária, contribui para compreender a prática do profissional bibliotecário, especialmente em um cenário marcado por transformações nos regimes de informação, pela atuação de plataformas digitais e pela crescente mediação algorítmica.

2 METODOLOGIA

As metodologias da pesquisa passam por mudanças e adequações ao contexto ontológico e epistêmico dos domínios da investigação, pelo qual hoje tem autores que promovem mudanças nas matrizes e recursos investigativos, visando sua qualificação para apurar e exhibir as texturas estratificadas das manifestações simbólico-digitais, constitutivas das configurações atuais da informação.

Tal perspectiva parte do reconhecimento de que os objetos informacionais contemporâneos, mediados por plataformas, algoritmos e inteligência artificial, demandam revisões epistemológicas capazes de dar conta de sua complexidade sociotécnica e simbólica (Floridi, 2014; Han, 2022).

A construção analítica fundamenta-se na tradição interpretativa das ciências sociais, especialmente na compreensão da informação como construção social e histórica, conforme proposto por Berger e Luckmann (1967). Nesse sentido, considera-se que os modos de conhecer formas simbólicas não são dados, mas produzidos em contextos institucionais e culturais específicos, o que exige uma abordagem que articule dimensões ontológicas, epistemológicas e políticas da informação.

Do ponto de vista metodológico, a análise incorpora a releitura pragmática da tradição habermasiana, particularmente no que se refere ao papel das formas simbólicas e das instituições na constituição da racionalidade comunicativa (Habermas, 1984; 2001). Essa perspectiva leva a considerar bibliotecas, documentos e sistemas de informação como dispositivos de mediação epistêmica, intervenientes na estruturação dos processos de validação, legitimação e circulação do conhecimento.

Como eixo analítico complementar, mobiliza-se o conceito de documentalidade ontológica, desenvolvido por Ferraris (2020) e aprofundado por Hansson (2016), que compreende o documento como ato social inscrito e performativo. Essa abordagem permite examinar as formas simbólicas não apenas como representações, mas como entidades que produzem efeitos reais no mundo social, especialmente no que se refere à constituição de autoridades epistêmicas.

O conceito de regime de informação, conforme formulado por González de Gómez (1999; 2009; 2012; 2015) e Braman (2004), o duplo peso da informação, como expressões simbólicas e componentes eficazes nos domínios da ação, permite compreendê-la como elemento estruturante das relações de poder, nas sociedades contemporâneas. Tal enquadramento incorpora as contribuições de Foucault (2008a; 2008b), ao evidenciar os modos pelos quais saber e poder se articulam na governança dos fluxos informacionais.

No contexto das transformações digitais, incorpora-se a noção de Infoesfera proposta por Floridi (2013; 2014), entendida como um ambiente informacional modal que redefine as condições de existência, ação e conhecimento. Essa perspectiva é tensionada por abordagens críticas que evidenciam os efeitos do capitalismo informacional e da vigilância sobre os sujeitos e as instituições (Castells, 2000; Zuboff, 2019; Han, 2022).

Por fim, a abordagem metodológica é duplamente enriquecida a) pelo diálogo com estudos sobre interdisciplinaridade, reconhecida como orientação paradigmática da Ciência da Informação (Buckland, 1991; Frohmann, 2001); b) pelo reconhecimento da composição estamental dos conteúdos simbólicos e seus substratos tecnológicos, que os habilitam para transitar pelas plataformas e redes digitais, ampliando suas potências comunicacionais. Tal perspectiva permite integrar diferentes tradições teóricas, filosóficas, sociológicas e informacionais, constituindo um quadro analítico capaz de apreender a complexidade dos fenômenos investigados e propor caminhos para a renovação epistemológica do campo.

3 DA BIBLIOTECA À UMA INFOESFERA DIGITAL

Outros autores consideram que plataformas como o TIKTOK (<https://www.tiktok.com/login>), e buscadores online, como o Google (<https://www.google.com/>), hoje contribuem para a produção informacional da realidade, ao mesmo tempo que sustentam a produção social da informação. Sistemas multiagentes articulam ações e recursos informacionais, em cadeias relacionais, estabelecidas e mediadas pelos agenciadores dos recursos simbólicos-digitais (plataformas, Google, *influencers*, ou outros mediadores em redes). A Academia, aliás, manteria em aberto canais regulares de comunicação, além da publicação científica, como no Youtube, Instagram e, por vezes, no Facebook.

A crescente presença das informações veiculadas por meios digitais, seria hoje a fonte principal do *second hand knowledge*, conforme os trabalhos pioneiros de Thomas Wilson (1983). A diferença estaria que na poliglossia das formas de vida cotidianas, os participantes das sequências de trocas cognitivas, informacionais, simbólicas, tem também outras trocas, utilitárias, econômicas, familiares, amistosas e afetivas, no trabalho e no lazer.

Trabalhando por vezes com seu olhar eurocêntrico convicto, junto a um construcionismo ponderado, dialogando com a Filosofia mais bem kantiana que cartesiana, Luciano Floridi visualiza as atuais formas de vida compartilhando matrizes ontológicas projetadas pelas tecnologias digitais e em especial a Internet, cada vez mais convertida em mediação necessária de comunicações e trocas informacionais. Nessa direção, Floridi (2013, 2014) chama nossa atenção sobre a atuação cada vez mais significativa de sistemas multiagentes (agentes humanos e artificiais), nas mais diversas condições e oportunidades. Cabe lembrar, porém, que os agentes humanos interagem em contextos complexos, com práticas incorporadas e equipadas que, além de saberes e habilidades sofisticadas, envolvem corpos, instrumentos, objetos, ferramentas e máquinas. Plantas, flores, terra.

Numa perspectiva histórica, Floridi (2013) propõe uma nova re-ontologização, equivalente às mudanças trazidas pelos programas da modernização, que tiveram seu apogeu há dois séculos, como paradigma de um processo evolutivo e inevitável de re-ontologização das culturas e dos países do Sul, para adequar-se ao modelo civilizatório dos países do Norte, então liderados pela Europa continental. Para Floridi (2013, 2014) as tecnologias digitais, como inovações, provocariam um processo de re-ontologização do real, o que daria formação a uma *Infoesfera*, analógico-digital, como nova matriz material e existencial, que abrange os modos de agir, de saber e de poder. Para além das particularidades do capitalismo neoliberal, tratar-se-ia de uma etapa avançada do processo evolutivo, num finalismo onto-tecnológico.

Se numa tese de finalismo histórico, as tecnologias digitais poderiam ser vistas como máxima realização da configuração contemporânea de uma sequência evolutiva, cabe admitir que as tecnologias teriam diversos usos e configurações, integrando formas de vida manifestas em diversos momentos e movimentos civilizatórios. Faz-se, neste sentido, relevante afirmar que as tecnologias digitais ficam fortemente atreladas ao capital simbólico das culturas contemporâneas, afetando de modo diferencial os modos coletivos de subjetivação, em determinados contextos civilizatórios. De fato, nem a biopolítica ou a psicopolítica dariam conta da diversidade das figurações culturais e tecnológicas que caracterizavam as sociedades contemporâneas, incluindo as tradicionais e quais, as ainda desconhecidas.

Floridi (2007, 2013, 2014), pensador representativo da busca de incorporação das novas matrizes sociotécnicas numa visão filosófica, priorizando uma perspectiva ontológica, denomina *Infoesfera* a formação social, política, científico-tecnológica, que conjuga o digital e o analógico, mas o transcende, como nova matriz dos modos de saber, de agir e de ser. No texto de Floridi,

Infoesfera é um neologismo que criei anos atrás com base em “biosfera”, um termo que se refere à região limitada em nosso planeta que dá suporte à vida. Ele denota todo o ambiente informacional constituído por todas as entidades informacionais (incluindo, portanto, agentes informacionais também), suas propriedades, interações, processos e relações mútuas. É um ambiente comparável, mas diferente do ciberespaço (que é apenas uma de suas sub-regiões, por assim dizer), já que também inclui espaços de informação analógicos e off-line. Veremos que também é um ambiente (e, portanto, um conceito) que está evoluindo rapidamente. (Floridi, 2007, p. 60).

Sob a complacência do neoliberalismo e do capitalismo informacional, surgiria assim como nova figura da superioridade histórica, a *Infoesfera digital*. A matriz imperial europeia seria substituída pelo poder corporativo das grandes empresas tecnológicas, as *big techs*, nascidas sob a centralidade da Internet.

Interessante lembrar que não é o Estado nem a economia industrial a que movimenta as novas figuras do que se denomina capitalismo cognitivo (Vercellone, 2006). Megaempresas manteriam sob seu controle os rumos da inovação e a definição das premissas dos paradigmas digitais em cada território, atividade, setor do mercado. A partir dessa hegemonia corporativa, apresentam-se demandas impositivas, orientadas à implantação dos regimes digitais de informação, sobre os países do Sul global como objetivo de atualização civilizatória, ancoradas na vigência global do capitalismo informacional e tecnológico. *Data centers*, *computing platforms*, *cloud computing* e outras agências e recursos necessários para sua implementação e funcionamento atuam dentro de organizações apoiadas pelo Estado, agentes da sociedade civil, tanto quanto em agências da esfera privada.

Preparada pela microcomputação, primeiro dos *desktops*, depois dos Smartphones, os objetivos da *Global Information Infrastructure* (GII), anunciados no discurso de Al Gore, vice-presidente

dos Estados Unidos, na reunião da International Telecommunication Union (ITU), em Buenos Aires, 1994, em alguma medida, teriam sido alcançados. Por certo, se em 1994 assumiam-se expectativas de ver a democracia, os mercados e as novas redes sociotécnicas crescendo em harmonia e na mesma direção, os resultados têm sido muito mais complexos e incertos, envolvendo de modo desigual os territórios e motivando, ou ao menos demandando, antes mesmo da crise sanitária, a atuação geopolítica dos Estados (Jessop, 2016).

Após 35 anos daquela idealizada *Pax digital*, a Internet, rede de redes, ancoragem das malhas digitais plurais, ao mesmo tempo que cada vez se faz mais presente e insubstituível em todas as modalidades de atividades domésticas e profissionais, internacionais e locais, estaria cada vez mais opaca e distante do imaginário sociotécnico que, conforme Ten Oever (2021), lhe outorgava três propriedades: “navegabilidade de ponta a ponta; abertura; inovação sem permissão”.

Ten Oever (2020, 2021) é um dos que se preocupam com a distância instalada entre o imaginário tecnológico (ou sociotécnico), que teria impulsionado a Internet como força inovadora, e sua implementação, que a subverte, sob pressão impositiva de agentes e fatores econômicos, e segundo as orientações dos mercados. A dissociação da Internet atual e aquela idealmente concebida como inovação tecnológica encontraria um fator causal no modelo de governança. Para esse autor (Ten Oever, 2021, p. 357).

O imaginário da arquitetura sociotécnica da Internet e seu modelo de governança autorregulatória não foram capazes de consolidar certa equivalência operacional e de controle dos posts da Internet, assim como a governança da produção e disseminação informacional dos pesquisadores, ou compartilhamento com pequenas empresas dos temas ou questões ou coletivos de interessados em fazer funcionar e implantar novos protocolos, especialmente em camadas inferiores da pilha de protocolos. Anteriormente, concepções sociopolíticas centrais e considerações que eram parte integrante do imaginário sociotécnico de sua arquitetura, efetivamente desapareceram em segundo plano, enquanto considerações socioeconômicas adquiriram um lugar muito mais proeminente na formação dos recursos tecnológicos da Internet.

Ten Oever (2021) insiste na ausência e na importância de uma discussão sobre as articulações entre poderes estabelecidos e a *arquitetura da Internet*, sendo que se está priorizando os efeitos de poder das plataformas e os mecanismos de busca, que seriam componentes operacionais das ferramentas que operacionalizam a Internet, mas que constituem somente uma parte dos poderes viabilizados por ela. Esta análise contribui para os debates em estudos de governança, ao concluir que a autorregulamentação da arquitetura da Internet teria tanto minado os objetivos de *design* da arquitetura da Internet, quanto seu imaginário sociotécnico, priorizando interesses corporativos (Ten Oever, 2021, 157).

3.1 Regimes de Informação

Antes da década de 1990, a informação começou a ser considerada um fator construtor e paradigmático das formações sociais contemporâneas, como se, por alguma forma de alquimia ou passagem transcendental, outras formas de poder, político, econômico, social, atuassem transvestidos em valores de informação. Reconhecendo essa nova modalidade de poder, sua transversalidade, vinculante e operacional, concebeu-se o conceito de *regime de informação*, apresentado por Frohmann (2001) e desenvolvido, em novo contexto, teórico e referencial, por Braman (2004), como *regime global emergente de políticas de informação*. Começamos a elaborar o conceito, acentuando a relação contemporânea da informação com o poder, primeiro em relação com o Estado, posteriormente sob o impacto dos mercados, considerando que o *regime de informação*, seria

[...] o modo de produção informacional dominante numa formação social, que define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição (González de Gómez, 1999)¹.

¹ Apesar do conceito de regime de informação ter sido utilizado pela autora somente em 1999, seus estudos desenvolvidos no final da década de 1980 e na década de 1990 já traziam alguns elementos que caracterizam o conceito de regime de informação, como a necessidade de observar diferentes estratos ou camadas que agenciam os fluxos informacionais e configuram os regimes de informação e a importância de observar as condições históricas e sociais". (Wikipedia).

Posteriormente, o cientista da computação iraniano, Ekbia (2001), associa ao conceito a perspectiva de “regimes de valor”, considerando a existência de diferentes regimes de informação, correspondentes a diferentes regimes de valor. O regime de informação visa estabelecer uma direção preferencial, sob a relação concorrencial de interesses e forças econômicas, políticas, sociais, que afetam ou visam controlar o processo, endereço e finalização de ações/atividades de cunho informacional. O regime de informação destacaria assim a emergência de um domínio transversal aos outros domínios diferenciados sua preocupação principal, como saúde, educação, indústria, transporte, artes, a requerer novas formas de governança. Num texto posterior, apontamos algumas dessas perspectivas.

[...] o regime de informação remete à distribuição do poder formativo e seletivo entre atores e agências organizacionais, setores de atividades, áreas do conhecimento, regiões locais e redes internacionais e globais, seja pela definição e construção de zonas e recursos de visibilidade informacional, seja pela sonegação e/ou substituição de informações de outro modo socialmente disponíveis ou acessíveis, seja por efeitos não totalmente intencionais da agregação de ações e meios, sobre aquilo que se define, propicia e mobiliza como valores de informação. (González de Gómez, 2009, p. 28).

Byun Chul Han (2022), filósofo teuto-coreano, mantendo seu entendimento como formas de manifestação do poder, que abrange o destino de povos e territórios, contrapõe o regime de informação, tanto ao regime disciplinar, conforme apresentado por Foucault (2002), em Vigiar e punir, que corresponderia ao capitalismo industrial, quanto às formações sociais onde predomina uma biopolítica, em conúbio com o capitalismo neoliberal regime de informação, para esse autor, não se caracterizaria hoje por uma biopolítica, mas uma *psicopolítica*. Em suas palavras,

Chamamos regime de informação a forma de dominação na qual informações e seu processamento por algoritmos e inteligência artificial determinam decisivamente processos sociais, econômicos e políticos. Em oposição ao regime disciplinar, não são corpos e energias que são explorados, mas *informações e dados*. Não é, então, a posse de meio de produção que é decisiva para o ganho do poder, mas o acesso a dados utilizados para vigilância, controle e prognóstico de comportamento psicopolítico. O regime de informação está acoplado ao capitalismo da

informação, que se desenvolve em capitalismo da vigilância e que degrada os seres humanos em gado, em *animais de consumo de dados*. (Han, 2022, p. 7).

Para Han, o regime de informação atuante no cenário contemporâneo teria traços totalitários, com a pretensão de dominar um saber total, a ser alcançado por sistemas homes-máquinas, a Inteligência artificial e mediante operações algorítmicas. A atual programação do poder, não estaria sustentado por uma narrativa ideológica de pretensões universalistas. No regime atual, as informações não precisam necessariamente ser divulgadas em mídia pública, pois se disseminam em formas privadas de comunicação, por meio de plataformas de uso comum. Se as mídias eletrônicas agissem como mídias ou como sua substituição, igualmente os indivíduos não ficariam absorvidos pelas massas, seriam agora substituídos por seu perfil, obtido como um dos excedentes comportamentais (Zuboff, 2015; 2023), resultante da sobre codificação dos rastros deixados pelas multidões que, individualmente, usam e povoam plataformas e redes digitais.

Em outra perspectiva, se o regime de informação incorporasse os modos exteriorizados do biopoder, conforme uso do conceito por Foucault (2008b), os sujeitos seriam reontologizados pela digitalidade, por meio de suas ferramentas – a Inteligência Artificial (IA) e os *Big Data* –, que atuam e operam como agentes externos, mas o fazem abaixo do nível da consciência da experiência humana. Cabe comparar, assim, a leitura do uso da câmera, por Walter Benjamin, capaz de capturar um *inconsciente óptico* (imagens e traços imperceptíveis a olho nu), com a sensibilidade de uma IA competente que, como uma *lupa digital*, captura um *inconsciente digital*, desconhecido para o próprio agente objetivado por essa captura (Han, 2022).

O conceito de *surplus comportamental* (Zuboff, 2015; 2023) cobre uma pequena parte dos poderes da Internet, limitando-se a lidar com uma de suas ferramentas (as plataformas). O poder da Internet se estenderia além dela mesma, pela própria inserção e expansão de sua complexa arquitetura, provendo e alterando os jogos de informação/desinformação num pluriverso de múltiplas formas de vida. Através dela, estabelecem-se novas possibilidades e outras são desabilitadas, tal como a compra de utensílios domésticos e livros na Amazon ou o fechamento de antigas livrarias de bairro. Não devemos confundir, porém, as potências das

ferramentas com as finalidades e o poder de quem tanto as administra, como usa e reformula as regras dos jogos informação/desinformação.

Cabe lembrar que no fundo, muitas das concepções vigentes, sustentam-se sob a vigência e suporte de uma ideologia urbana, onde a vida social seguiria sendo sustentada pelas velhas fontes de energia orgânica e a eletricidade, com limites operacionais ao seu uso indefinido ou permanente.

Os povos originários, as formas de plurais mestiçagens marginalizadas em múltiplos países e territórios, que a antropóloga peruana Marisol de la Cadena denominava os “entes da terra” (Cadena, 2019, 2020), raramente aparecem, como figurantes inconsciente e alheios a toda governança de suas vidas e destino.

3.2 O Poder da Internet

Hoje, enquanto se expande e generaliza a presença e uso das mídias eletrônicas, aumentaria aquela dissociação entre a informação e as narrações, diminuindo o papel de fóruns e anfiteatros, que dão acesso presencial e coletivo às notícias e discursos; já não teriam o mesmo papel a praça, o espaço da reunião, nem sua extensão simbólica como “esfera pública”. As *mídias digitais são rizomáticas*, atuam em redes, não têm centro, parece que não garantem o que Habermas (1984) chama de formas colaborativas e organizadas de ação coletiva. Um dos efeitos previsíveis da situação gerada, conforme esse quadro, seria a impossibilidade de pensar numa formação social como uma totalidade. Seria impossível, nesse caso, realizar o sonho da cibernética britânica, de uma formação social onde todos os que atuassem em qualquer atividade estariam comunicados de maneira simultânea e em tempo real e em todos e cada um dos níveis de planejamento, produção e gestão, isso tanto para os que existissem, como para os que fossem necessários para a obtenção dos fins compartilhados (Hancock, 2024); segundo, diminuiria as possibilidades de confronto entre o sujeito ilocucionário e um interlocutor, seja na seleção de alternativas, seja como conflito ou elencando assuntos alternativos de deliberação.

Configuradas por sua história e sua memória, nas formações sociais do mundo contemporâneo, operam figurações simbólicas do ser coletivo, com práticas e objetivos

compartilhados, ancoradas em ontologias sociais, mais ou menos formalizadas. As profissões, as artes, as práticas científicas e disciplinares, os ofícios, as atividades econômicas e comerciais, mas também os esportes, o lazer, as amizades, as formações de grupos familiares: a aparência banal da enumeração não nos impede de perceber a importância da construção de *habitus*, regras, relações agônicas e compensatórias, que sustentam interações correntes, diversas e plurais. E pensar nas consequências de uma possível ou até previsível substituição por conexões informacionais e eletrônicas, formatadas por uma concepção generalista do contexto, confronta-nos com o risco de formar-se o que alguns denominam *comunidades sem comunicação e comunicação sem comunidades*.

Em primeiro lugar, a Internet já nasceu como um campo de jogos de poder econômico, atuando sob a governança da esfera privada, mas com alcance, resultados e efeitos sociais e políticos. A partir da segmentação da Internet e privatização de suas ferramentas pelas grandes empresas tecnológicas, ancoradas agora nos Estados Unidos, plataformas e *sites* autorregulados, ela tem desenvolvido sistemas privados *de moderação de conteúdos*, atendendo às finalidades e às competências do elenco de agentes/corporações que os constroem, sustentam, mobilizam. O caráter privado da *moderação de conteúdos*, por parte de empreendimentos corporativos que operam as grandes plataformas e outros dispositivos da Internet (Meta/Gafam), de acesso público, dominam um espaço importante da Infoesfera digital, de forte impacto na vida das pessoas, as cidades, os países, demandando de fato que atendam às medidas legais e às premissas institucionais vigentes em seus domínios de atuação. O fato que o poder de definição de marcos normativos e operacionais estaria em mão de um patronato e de grandes corporações internacionais (caso do Facebook ou do Instagram, por exemplo) indica já uma possível brecha nas formas disponíveis de governança das comunicações e informações digitais, sendo que discursos e serviços de interesses altamente políticos e territoriais, são publicizados sob os cuidados e governança de agentes privados, como acontece com as plataformas de mídia.

A transformação das políticas dos “jogos de linguagem” em guerras da informação seria resultado da convergência das tecnologias de informação e suas expressões de ponta, como a IA, com os fins, orientações e conflitos próprios dos cenários contemporâneos do

neoliberalismo e o capitalismo informacional. (González, 2017; Han, 2022) A des-ontologização das figuras relacionais, das arenas e fóruns coletivos que foram entendidas como condição de uma sociopolítica, desativaria as formas dialógicas de tomada de decisão e de governança, mesmo aquelas implementadas sob os limites das relações concorrenciais dos partidos políticos, em democracias de massas. Enquanto o jogo das escolhas políticas se manifesta como jogo de linguagem, cada proposta teria que formular temas e programas de ação, construir narrativas em relação a demandas e expectativas coletivas, até quando, finalmente, ficassem insatisfeitas. Restaria questionar se uma nova governança informacional, de alcance local, global, democrática e decolonial, poderia oferecer alternativas para as decorrências desalentadoras das infocracias, na perspectiva dos países do Sul global.

3.3 Biopolítica, Psicopolítica, Colonialidade Digital

Após a vigência do biopoder e da sociedade disciplinar (Foucault, 2008a, 2008b), o processo de inovação seria definido pelo *capitalismo informacional* (Castells, 2000; 2010). O capitalismo informacional surge no hemisfério Norte, num *locus* diverso e extenso que inclui América do Norte e Europa e desborda o euro-capitalismo para incluir China, posto avançado das experiências políticas do Oriente. Conforme a dinâmica expansionista que lhe é própria, o capitalismo informacional tem avançado sobre as Américas e outras regiões do mundo. Centros avançados de inovação e implementação de tecnologias digitais, em diversos países e atividades, se oferecem como oportunidade de transferência da matriz histórica do capitalismo informacional, pressionando os países do Sul para manterem, com novos formatos, antigos arranjos imperiais do sistema-mundo.

Trata-se de uma nova forma de imperialismo, com dimensões políticas que configuram um neocolonialismo e, em consequência, novas modalidades de colonialidade. Conforme Mignolo (2003a; 2003b), referindo-se aos resíduos simbólicos do colonialismo histórico, à colonialidade do poder e à colonialidade dos modos de saber, agregar-se-ia uma colonialidade específica do ser.

No contexto do capitalismo informacional, o processo de expansão global das tecnologias digitais aconteceria com a persistência de situações e práticas reprodutivas de experiências

coloniais, uma nova colonialidade, sob o patrimonialismo agora tecnológico de países do Norte. Presentes em nossas premissas e pontos de partida, será preciso introduzir, de maneira inicial, os conceitos que acompanharam todas as fases dessas reflexões e pesquisas: *colonialismo e colonialidade*, termos com diferentes usos e significado, visando dar um passo além, com a composição de um novo sintagma, de novo alcance e referência: *decolonialidade digital*.

De modo geral, poderíamos dizer que ao colonialismo corresponde uma representação geopolítica e cartográfica, enquanto a colonialidade remete à esfera da governança e tomada de decisão, das práticas e formas de subjetivação, emergentes num contexto sócio-histórico específico. Para Maldonado Torres (2022, p. 14), colonialidade não significa o mesmo que colonialismo. Colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo reside no poder de outro povo ou nação, o que constitui a tal nação em um império. Distinta dessa ideia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas que, ao invés de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, refere-se antes à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça.

O racismo e a etnicidade constituiriam o princípio e o fundamento do poder europeu na América, posteriormente reproduzidos no mundo colonizado, como fundamento e especificidade do domínio da Europa sobre as populações do resto do mundo. A naturalização biológica da superioridade do conquistador apresentou-se como justificção da exploração e subalternização do outro minorizado, o domínio e a extinção dos povos originários de Abya Yala (Jacob, 2022; Viezzer; Grondin, 2020).

Extinguido o colonialismo como sistema político formal, o poder social seguiria configurando-se conforme critérios de hierarquia originados na relação colonial. Para Quijano (2000), a colonialidade não deixou de ser o caráter central do poder social vigente e atual. Todas as outras determinações e os critérios de classificação social da população mundial e sua

localização nas relações de poder estariam, desde então, interrelacionados com o racismo e a etnicidade, especialmente, embora não só, entre europeus e não-europeus. (Quijano, 2000)

A *colonialidade* seria o modo de sobrevivência de um regime colonial, pela manutenção e vigência de uma taxonomia ontológica vertical, codificando e implementando a superioridade da Europa branca, domínio dos conquistadores, e demarcando a subalternidade dos conquistados, não-europeus, indígenas e mestiços. Conforme o princípio de interseccionalidade das marcas sociais de subalternidade e de naturalização biológica dos objetos da dominação, a raça constituiria o fator principal da discriminação, seguida pelo gênero. Essa ontologia ideológica se manifesta em mudanças no controle e na distribuição dos processos de trabalho e dos recursos, além da instância colonial originária, sendo as desigualdades ressignificadas à luz da mundialização do capitalismo e dos mercados. (Quijano, 2000, 2005; Maldonado Torres, 2022)

Pela abrangência e natureza da intervenção global das empresas que compõem o The GAFAM Empire (Google, Amazon, Facebook, Apple, Microsoft), concebe-se um domínio de alcance imperial, um novo imperialismo, fundado em um colonialismo digital (Akiner, 2024):

Nossa compreensão de império aqui é muito básica: o império controla três camadas básicas de conhecimento: 1) *coleta de dados/inteligência*, 2) *armazenamento dessa inteligência*, bem como 3) *capacidade de processá-la*. Essas três características únicas dão a eles insights poderosos e sem precedentes sobre como nossas sociedades operam. Por que não os chamamos de monopólios? Porque esse enquadramento baseado na ideia de recursos limitados e competição por consumidores francamente não se aplica – os recursos são ilimitados – e esses são nossos dados e atenção. Quando se trata de competição, somos livres para escolher aqueles que gostamos – podemos usar produtos de todos eles, de fato. *Em suma, os chamamos de impérios em um sentido colonial, como no colonialismo digital, e não monopólios em um sentido de competição de mercado.* (grifo nosso).
<https://gafam.theglassroom.org/>

A entrada das academias internacionais nas dialéticas do colonialismo, colonialidade e decolonialidade teria gerado jogos de luta pela prioridade e propriedade das ideias, que aqui não reproduzimos, tratando de recuperar as arguições de maior clareza, contextualizadas,

cientes de que não se trata de negar valor a culturas de longa e robusta trajetória, mas de respeitar e tratar com reciprocidade as produções locais do Sul global, buscando não pactuar com as intrigas ocidentalizadas de importantes figuras acadêmicas.

3.4 Da Infoesfera ao Pluriverso

Em nossa análise, o processo que, de Benjamin a Han, é visualizado como de dissociação da informação das narrativas que dão ancoragem a fatos e informações na temporalidade das formas de vida, gerando uma crescente dissociação *da informação* dos marcos prévios, normativos e contextuais das formas discursivas herdeiras da narração, tal como em jogos sociais de aprendizagem, deliberação e tomada de decisão. A desinstitucionalização das informações na esfera digital, onde sua produção e acesso podem ser resultado de ações individuais, personificadas ou da transmissão eventual de intermediários não qualificados, facilitaria a emergência do negacionismo, das *fake news* e seus efeitos de desinformação. De maneira ainda mais específica, seria o momento de repensar sobre uma certa resseção de prévias autoridades cognitivas, sem a reconstituição de marcos coletivos de legitimação. Se Benjamin e Han destacaram a dissociação da memória viva da sociedade e a informação, estamos numa época em que presenciamos processos de desinstitucionalização dos discursos públicos, dos mediáticos aos estatais, que favoreceriam efeitos epistêmicos de desqualificação e perda de credibilidade nos jogos sociais de aprendizagem, deliberação e tomada de decisão.

Consideramos que, nessa direção, atuam as tendências que geram ou tendem a gerar processos de desinstitucionalização de marcos prévios normativos e reguladores, que operavam em áreas sensíveis do convívio social. De fato, para entender o aumento da desinformação e das *fake news*, cabe também observar a limitação ou ausência de instâncias públicas com ofertas acessíveis, críticas e credenciadas para que o homem comum de que falava Gramsci pudesse aferir a integridade e o caráter verídico da informação. Observamos que os programas de Ciência Aberta e Ciência Cidadã tem a intenção de aproximar o conhecimento sistemático, informacional às memórias vivas das narrativas.

A formação hermenêutica e epistêmica da cidadania digital teria que encontrar procedimentos para somar às novas ações, aos esforços e aos recursos construídos e vigentes na América

Latina os programas de saúde e educação universal (em perigo, no Norte, pelas políticas regressivas de Trump nos Estados Unidos). Cabe ainda colocar outras questões, como a desativação das formas prévias de constituição de vínculos estruturantes de coletivos de vida e de ação, num processo em que a digitalidade ora gera ou acentua efeitos de *des-ontificação* das mediações info-documentárias, ora efeitos de *des-ontologização* das matrizes ritualistas que sustentavam certas práticas e ações de informação, garantindo seus marcos referenciais, habitualidade e duração.

Consideramos estar numa época em que a perda de referências normativas favoreceria a geração de efeitos epistêmicos de desqualificação e perda de credibilidade entre parcerias, nos jogos sociais de aprendizagem, de deliberação e de tomada de decisão. Tal aconteceria com tendências ou processos de desinstitucionalização que afetam marcos prévios normativos e reguladores, operando em áreas sensíveis do convívio social. Um dos seus efeitos seria o aumento da desinformação, dada a ausência de instâncias autorizadas para validação e diferenciação da informação dos estados de desinformação e da difusão de falsas informações e desinformação.

Entre esses condicionantes, destacamos:

- a) medidas adotadas pelos governantes e as instituições em exercício do poder estatal, sejam programáticas ou resultantes de movimentos estratégicos e autoritários, com efeitos imediatos sobre discursos públicos e sua acurácia informacional, que designáramos como carências de autoridades públicas e autorizadas para qualificação da informação veiculada por agências e discursos públicos, assim como *desinstitucionalização das informações públicas ou de circulação pública, em assuntos de interesse comum, imposta ou possibilitada por políticas ostensivas*;
- b) o funcionamento e a extensão com que novas camadas das tecnologias digitais e seus dispositivos (plataformas, nuvens, IA) ocupam e ressignificam o regime de informação e seus efeitos visíveis ou previsíveis sobre discursos públicos, que denominaremos *desinstitucionalização algorítmica das informações e discursos públicos*;

Em outra direção, possíveis ações no monitoramento e no resguardo da integridade informacional dos discursos públicos, frente ao negacionismo e à desinformação intencional, pode ter como assento a resiliência de instituições públicas e organizações da sociedade civil, como as instituições participativas (IP), gerando o que denominaremos *reservas de institucionalização*. Os conselhos de ética, que atuam no meio acadêmico, com funções de monitoramento do cumprimento de marcos normativos vigentes nos programas e projetos de pesquisa, tiveram até agora um papel importante, mas quiçá pouco reconhecido, como tímida abertura da ética da ciência e da política científica para um esboço de sociedade civil organizada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, nos limitamos a sinalizar situações, no cenário atual, que geram ou tendem a gerar processos de desinstitucionalização das informações, dissociando-as das autoridades cognitivas pertinente ou desvirtuando suas funções de mediação epistêmico-comunicacional. Entre esses condicionantes, destacamos:

- a) as medidas adotadas pelos governantes e as instituições em exercício do poder estatal, sejam programáticas ou resultantes de movimentos estratégicos e autoritários, com efeitos imediatos sobre discursos públicos e sua acurácia informacional, que designáramos como *desinstitucionalização por políticas ostensivas*;
- b) o funcionamento e a extensão com que novas camadas das tecnologias digitais e seus dispositivos (plataformas, nuvens, IA), ocupam e ressignificam o RI e seus efeitos visíveis ou previsíveis sobre discursos públicos, que denominaremos *desinstitucionalização algorítmica*.

Nesse cenário, precisamos sempre ressignificar e fortalecer o papel das instituições que, como *arquivos, bibliotecas e museus*, associadas a todos planos e jurisdições das atividades estatais e públicas, jurídicas, educacionais, assim como *associações profissionais* e outras *instituições participativas* (IP), podem afetar o monitoramento e avaliação da integridade informacional dos discursos públicos e gerar o que denominaremos *reservas de institucionalização*. (Bezerra, 2020; Almeida; Martelli; Coelho., 2021)

Grosfoguel (2016), sociólogo portorriquenho que lecionava em Berkeley, insiste em perguntar como, existindo tanta diversidade epistêmica que encontramos nos habitantes da terra, o cânone do pensamento ensinado numa grande parte das universidades, nos países do Sul, é fundamentalmente encontrado num *corpus* teórico produzido por homens brancos de cinco países – França, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e, às vezes, Itália. Teorias oriundas de problemas e experiências de uma região particular do mundo, com suas especificidades sociais, geográficas, geopolíticas, temporais, são ensinados e aplicados em localizações espaço-temporais totalmente diversas. Longe de tratar-se de uma negação do valor daqueles conhecimentos vindo dos países que se identificam como centrais, o que enfatizamos neste texto é que devemos abrir os portões epistemológicos conforme diversos critérios de pertinência e afinidade, tratando de melhorar as conexões com a pluralidade e a diversidade de perspectivas e pontos de partida.

Na atualidade, é possível afirmar que um viés de colonialidade teria como manifestação a figura política, epistêmica e ontológica do extrativismo (Grosfoguel, 2016). Herdeiro da expansão imperial europeia, com todo plano de ação do conquistador colonial, o colonialismo tem sempre um cordão protetor de apoio e de defesa, mesmo dentro dos próprios territórios e com populações afetadas, o que contribui para fazê-lo invisível ou para transmutar suas ações de posse em ações de promoção de melhorias civilizatórias. Ao mesmo tempo, o estreitamento dos horizontes culturais, sob um imaginário de sua extensão indefinida, não pode atribuir-se a uma cultura tecnológica. A multiplicação de ofertas de fontes e recursos informacionais não tem, de fato, gerado uma ampliação suficiente do horizonte hermenêutico das culturas semiótico-tecnológicas do mundo contemporâneo.

Num jogo duplo, no *extrativismo epistêmico*, a perspectiva eurocêntrica assume e sustenta o lugar privilegiado do sujeito cartesiano, que pensa e manifesta, com seu “eu penso”, ser herdeiro do “olho de Deus”, o que significa fazer da Europa fonte e paradigma excludente do estado máximo de conhecimento. Por outro lado, o Ocidente se apropria dos saberes, práticas e experiências dos povos originários e *mestiços*, como insumo para suas produções a serem valorizadas nos mercados e nas academias, sem outorgar a devida validade e o prestígio a seus autênticos criadores e aos porta-vozes dos saberes e das culturas subalternizadas.

O extrativismo opera, em segundo lugar e de maneira radical, no plano *ontológico*. Uma nova forma de posse e alocação, o capitalismo rentista, dirige sua atenção aos dados. A emergência das *nuvens (clouds)*, como infraestrutura ou serviço para armazenamento e análise de dados, antecipa a expectativa de uma crescente clientela de produtores e gestores de dados, assim como espera o crescimento dos investimentos de empresas, serviços e negócios que, se bem direcionados para generalizar ofertas e usos, hoje teriam especial interesse nos produtores e patronos de grandes volumes de dados. Tal seria o caso de setores altamente estruturados, produtores de dados sensíveis, como a Saúde e a educação.

Os novos caminhos digitais, muitas vezes adotados de maneira utilitarista, terminam favorecendo a reprodução imediatista de programas e modelos de instituições educacionais e de pesquisa de países centrais, sendo que a atualização tecnológica obscurece seu caráter reprodutivo e os efeitos de colonialidade epistêmica, numa adesão acrítica do Sul aos padrões de um Norte que agrega à Europa, os Estados Unidos da América.

Nesse quadro, o retorno e o destaque da questão colonial estariam longe de ser um retrocesso: cumprem uma função atual de alerta, num momento em que o extrativismo ontológico, epistêmico, produtivista de dados e da natureza, do trabalho e dos conhecimentos, promove práticas de um paradigma imperial, outrora liderado por Europa.

Ao construir seus argumentos sobre a colonialidade do ser, Maldonado Torres (2022) abre o espaço obscuro do *não ser* que se expande e fica encoberto pelos grandes paradigmas civilizatórios. Dentro das grandes cidades, por trás da cuidadosa edição de nossos livros, dos campos cultivados e das viagens ao espaço, estão apagados e contidos os que têm e tiveram negada sua comum humanidade, na nossa breve estadia na clareira do Ser.

REFERÊNCIAS

AKINER, Nurdan. A theoretical approach to digital colonialism in the context of media imperialism. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON NATURAL SCIENCE AND RESEARCH, 2024, Durrës, Albânia. *Anais [...]*. Durrës, Albânia. Hamza, Kandemir, 2024. p. 131.

ALMEIDA, Carla; MARTELLI, Carla Giani; COELHO, Rony. Os papéis das instituições participativas na estruturação das políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 35, e244194, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.35.244194>.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **La construcción social de la realidad**. Buenos Aires: Amorrortu, 1967.

BEZERRA, Carla de Paiva. **Ideologia e governabilidade: as políticas participativas nos governos do PT**. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003023101>. Acesso em: 31 mar. 2026.

BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. In: BRAMAN, Sandra (ed.). **The emergent global information policy regime**. Houndmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-37.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199106\)42:5%3C351::AID-ASI5%3E3.0.CO;2-3](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5%3C351::AID-ASI5%3E3.0.CO;2-3) Acesso em: 31 mar. 2026.

CADENA, Marisol. An invitation to live together: making the “complex we”. **Environmental Humanities**, Durham, v. 11, n. 2, p. 477-484, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1215/22011919-7754389>.

CADENA, Marisol de la. The production of other knowledges and its tensions: from Andeanist anthropology to interculturalidad? In: RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo (ed.). **World anthropologies: disciplinary transformations within systems of power**. New York: Routledge, 2020. p. 201-224.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. **The rise of the network society**. 2. ed. Malden: Blackwell, 2010.

EKBIA, Hamid R.; MAGUITMAN, Ana G. Context and relevance: a pragmatic approach. In: INTERNATIONAL AND INTERDISCIPLINARY CONFERENCE ON MODELING AND USING CONTEXT, 2001. **Proceeding [...]** Berlin; Heidelberg: Springer, 2001. p. 156-169. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.5555/645986.673987>. Acesso em: 30 mar. 2026.

FERRARIS, Maurizio. **Documedia**lity: on the existence of social objects. Cham: Springer, 2020.

FERRARIS, Maurizio. From capital to documediality. In: ANDINA, Tiziana; BOJANIC, Petar (ed.). **Institutions in action: the nature and the role of institutions in the real world**. Cham: Springer, 2020a. p. 107-122.

FERRARIS, Maurizio. Hermenéutica neorealista. **Disputatio. Philosophical Research Bulletin**, Madrid, 2020b.

FLORIDI, Luciano. A look into the future impact of ICT on our lives. **The Information Society**, Philadelphia, v. 23, n. 1, p. 59–64, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1080/01972240601059094>.

FLORIDI, Luciano. Infoesfera. **Tábula**, Bogotá, n. 16, 2013.

FLORIDI, Luciano. **The fourth revolution: how the infosphere is reshaping human reality**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978–1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977–1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2002. (Originalmente publicado em 1975).

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor-network theory. In: OLSON, Hope A.; WARD, Diane B. (ed.). **Connectedness: information, systems, people, organizations**. Edmonton: School of Library and Information Studies, University of Alberta, 2001. p. 19–95. Disponível em: https://www.academia.edu/14044809/Taking_information_policy_beyond_information_science_applying_the_actor_network_theory. Acesso em: 31 mar. 2026.

GONZÁLEZ, Roberto J. Hacking the citizenry? Personality profiling, “big data” and the election of Donald Trump. **Anthropology Today**, London, v. 33, n. 3, p. 9–12, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-8322.12348>.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida González de. A reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/172>. Acesso em: 27 abr. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. As ciências sociais e as questões da informação. **Revista Morpheus – Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, João Pessoa, v. 8, n. 14, 2015. Disponível em: <https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4832>. Acesso em: 31 mar. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7–31, 1999. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/126>. Acesso em: 31 mar. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/323110>. Acesso em: 31 mar. 2026.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25–49, jan./abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>.

HABERMAS, Jürgen. **The liberating power of symbols: philosophical essays**. Cambridge: MIT Press, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **The theory of communicative action: reason and the rationalization of society**. Boston: Beacon Press, 1984. v. 1.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis: Vozes, 2022.

HANCOCK, Max. Spontaneity and control: Friedrich Hayek, Stafford Beer, and the principles of self-organization. **Modern Intellectual History**, Cambridge, 2024. DOI: <https://doi.org/110.1017/S1479244324000076>.

HANSSON, Joacim. The documentality of ethics: codes of library ethics as support of professional practice. In: **Proceedings from the Document Academy**. Akron: University of Akron Press, 2016. p. 1-14. Disponível em: <https://ideaexchange.uakron.edu/docam/vol3/iss1/8/>. Acesso em: 31 mar. 2026.

JACOB, Livia Penedo. O Uirapuru, a Águia e o Condor: as literaturas indígenas de Abya Yala. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, v. 75, p. 165-183, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8026.2022.e84905>.

JESSOP, Bob. **The state: past, present, future**. Cambridge: Polity Press, 2016.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre a colonialidade do ser**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

MIGNOLO, Walter. Los estudios culturales: geopolítica del conocimiento y exigencias-necesidades institucionales. **Revista Iberoamericana**, Pittsburgh, v. 69, n. 203, p. 401-415, 2003a. DOI: <https://doi.org/10.5195/reviberoamer.2003.5667>.

MIGNOLO, Walter D. **Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2003b.

QUIJANO, Aníbal. ¡Qué tal raza! **Revista del CESLA. International Latin American Studies Review**, Varsóvia, n. 1, p. 192-200, 2000. Disponível em: <https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/379>. Acesso em: 31 mar. 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227–278.

TEN OEVER, Niels. **Wired norms**: inscription, resistance, and subversion in the governance of the Internet infrastructure. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universiteit van Amsterdam, Amsterdã, 2020. Disponível em: <https://nielstenoever.net/wp-content/uploads/2020/09/WiredNorms-NielstenOever.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2026.

TEN OEVER, Niels. This is not how we imagined it: technological affordances, economic drivers, and the internet architecture imaginary. **New Media & Society**, London, v. 23, n. 2, p. 344-362, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461444820929322>.

VERCELLONE, Carlo (ed.). **Capitalismo cognitivo**. Roma: Manifestolibri, 2006.

VIEZZER, Moema; GRONDIN, Marcelo. **Abya Yala!**: genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários do atual continente americano. São Paulo: Bambual, 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. The modern world system and evolution. **Journal of World-Systems Research**, Pittsburgh, p. 512-522, 1995. DOI: <https://doi.org/10.5195/jwsr.1995.46>.

WALLERSTEIN, Immanuel. World-systems analysis. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (ed.). **Social theory today**. Cambridge: Polity Press, 1987. p. 309-324.

WILSON, Patrick. **Second-hand knowledge**: an inquiry into cognitive authority. Westport: Greenwood Press, 1983.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism**. New York: PublicAffairs, 2019.

ZUBOFF, Shoshana. Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. **Journal of Information Technology**, London, v. 30, n. 1, p. 75-89, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1057/jit.2015.5>.

ZUBOFF, Shoshana. The age of surveillance capitalism. In: LONGHOFER, Wesley; WINCHESTER, Daniel (ed.). **Social theory re-wired**: new connections to classical and contemporary perspectives. London: Routledge, 2023. p. 203-213.

NOTAS E CRÉDITOS DO ARTIGO

Agradecimentos: Não se aplica.

Financiamento: Não se aplica.

Conflitos de interesse: Não se aplica.

Aprovação ética: Não se aplica.

Manuscrito publicado como preprint: Não se aplica.

Publicador

Universidade Federal de Lavras (UFLA) - As ideias expressas neste artigo são de responsabilidade de sua autoria, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.